



Processo n. 132.052/15

CONTRATO N. 2016/212.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A LAPLACE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP, PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE EMERGÊNCIA MÓVEL, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TESTES DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Ao(s) **TRINTA** dia(s) do mês de **DEZEMBRO** de dois mil e dezesseis, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a LAPLACE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP, situada na Rua da Democracia, 663, Bairro Kennedy, Contagem – MG, CEP 32.145-050, inscrita no CNPJ sob o n. 20.947.386/0001-50, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Procurador, o senhor DENANCIR FILIPIN, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 172/16, denominado simplesmente EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a aquisição de Sistema de Geração de Emergência Móvel, incluindo serviços de instalação, testes de funcionamento, treinamento e garantia de funcionamento, com manutenção corretiva e preventiva, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:



- a) EDITAL e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 172/16;
- c) Proposta da CONTRATADA, datada de 24/11/2016.

Parágrafo segundo – No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

Parágrafo terceiro – As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

O objeto do presente Contrato deverá obedecer rigorosamente ao disposto no EDITAL, em especial nos Títulos 3 e 4 do seu Anexo n. 1.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO**

O objeto do presente Contrato deverá ser executado com rigorosa observância ao disposto no Título 7 do Anexo n. 1 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – O objeto contratual deverá ser executado de acordo com o seguinte cronograma:

<b>Etapa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo</b>	<b>Responsável</b>
1	Entrega da ART de instalação e montagem	15 dias, contados da data de assinatura deste Contrato	Contratada
2	Emissão da Ordem de Serviço	15 dias, contados da data de assinatura deste Contrato	Contratante
3	Entrega, instalação, <i>startup</i> do Sistema e teste de aceitação	60 dias, contados da data da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço	Contratada
4	Recebimento Provisório	15 dias, contados da data da conclusão da Etapa 3	Contratante
5	Recebimento Definitivo	30 dias, contados da data da emissão do Recebimento Provisório	Contratante
6	Garantia de Funcionamento	12 meses, contados da data da emissão do Recebimento Definitivo	Contratada

Parágrafo segundo – A CONTRATADA deverá entregar a ART de instalação e montagem do Sistema de Geração de Emergência em até 15 (quinze) dias após a assinatura deste Contrato.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA somente deverá iniciar a Etapa 3 com o recebimento da Ordem de Serviço, que será encaminhada pelo Órgão Responsável por fax ou e-mail, em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura deste Contrato.



Parágrafo quarto – A confirmação do recebimento da Ordem de Serviço deverá ser obtida pela CONTRATANTE imediatamente após o envio.

Parágrafo quinto – O prazo total para a conclusão da Etapa 3 (Entrega, instalação, *startup* do Sistema e teste de aceitação), com o Sistema de Geração de Emergência em pleno funcionamento e realizados o teste de aceitação, é de 60 (sessenta) dias, contado da data de confirmação do recebimento da Ordem de Serviço.

Parágrafo sexto – Se o prazo para a conclusão da entrega do Sistema de Geração de Emergência ultrapassar 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, além da multa descrita no Anexo n. 3 ao EDITAL, a CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder à devolução dos equipamentos e à execução da garantia contratual, não isentando à CONTRATADA de outras sanções administrativas.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao Órgão Responsável a conclusão da Etapa 3, para fins previstos no item 8.1 do Anexo n. 1 ao EDITAL (recebimento provisório).

Parágrafo oitavo – O Sistema deverá ser entregue montado em carreta trucada, nova, emplacada, própria para grupo gerador e com serviço de emplacamento no Distrito Federal.

Parágrafo nono – O local de entrega será no Serviço de Obras (SEROB) da Câmara dos Deputados, próximo ao estacionamento do Edifício Anexo IV, em Brasília-DF, em dia de expediente normal, no horário das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h30.

Parágrafo décimo – É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o transporte horizontal e vertical de todos os materiais e equipamentos até o local indicado.

Parágrafo décimo primeiro – Caso o local indicado para entrega não esteja pronto ou liberado por parte da CONTRATANTE, ou caso a CONTRATANTE não forneça as informações e/ou os documentos necessários para o emplacamento da carreta-reboque, o prazo da Etapa 3 ficará suspenso.

Parágrafo décimo segundo – Deverão ser entregues a documentação (catálogos, *datasheet*) dos equipamentos e componentes instalados e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRVL) da carreta-reboque.

Parágrafo décimo terceiro – Caso o objeto ofertado seja importado, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, por ocasião da entrega do objeto e juntamente com a nota fiscal, comprovação da origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.

Parágrafo décimo quarto – Deverão ser fornecidos e instalados todos os cabos elétricos, de força e de comando, e respectivos acessórios adequados e necessários ao perfeito funcionamento do Sistema.



Parágrafo décimo quinto – A equipe técnica da CONTRATANTE indicará o quadro elétrico onde deverão ser instalados os conjuntos de cabos dos dois circuitos trifásicos e o disjuntor avulso.

Parágrafo décimo sexto – Caso o local indicado para instalação não esteja pronto ou liberado por parte da CONTRATANTE, o prazo da Etapa 3 ficará suspenso.

Parágrafo décimo sétimo – Logo após a instalação, a CONTRATADA deverá realizar os procedimentos necessários à correta ativação, realizando a primeira partida e colocando o Sistema em perfeitas condições de funcionamento.

Parágrafo décimo oitavo – Os procedimentos necessários englobam testes e verificações das ligações elétricas, do sistema de aterramento, do sistema de combustível, do sistema de arrefecimento, do sistema de lubrificação e da canópia insonorizada.

Parágrafo décimo nono – Estando o Sistema em perfeitas condições de funcionamento, deverá ser realizado o teste de aceitação e os resultados dos ensaios deverão ser documentados, assinados e datados pela CONTRATADA para futuras referências.

Parágrafo vigésimo – O teste de aceitação deverá ser acompanhado por profissional(ais) indicado(s) pela CONTRATANTE, e possuir, no mínimo, os seguintes ensaios:

- a) três partidas consecutivas com pelo menos 50% (cinquenta por cento) da carga nominal do gerador, com intervalo de 10 (dez) minutos entre duas partidas consecutivas;
- b) em funcionamento com carga nominal do gerador (potência *Standby*) por, no mínimo, uma hora consecutiva;
- c) em funcionamento com carga real por, no mínimo, uma hora consecutiva;
- d) funcionamento de todas as possibilidades de operação e transferências de carga;
- e) funcionamento das funções de monitoramento, controle e supervisão remota.

Parágrafo vigésimo primeiro – Todos os ensaios serão de responsabilidade da CONTRATADA e as respectivas despesas a suas expensas. Para os ensaios com carga nominal deverá ser utilizada carga de prova, a qual deverá ser providenciada pela CONTRATADA durante os testes.

Parágrafo vigésimo segundo – O teste de aceitação apenas será considerado concluído se os equipamentos forem aprovados nos ensaios e o relatório com os resultados for entregue com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do relatório.

Parágrafo vigésimo terceiro – Após a conclusão e a aceitação dos testes, a CONTRATADA deverá entregar o Sistema de Geração de Emergência com o tanque de combustível completo, sendo essa exigência pré-requisito para emissão do Recebimento Definitivo.



Parágrafo vigésimo quarto – A CONTRATADA deverá realizar, nas dependências da CONTRATANTE, em Brasília-DF, treinamento teórico e de operação do Sistema de Geração de Emergência.

Parágrafo vigésimo quinto – O treinamento teórico terá duração mínima de 2 (duas) horas e será realizado antes do treinamento de operação, podendo ser realizado antes da entrega/instalação do Sistema. Deverá ser ministrado para uma turma de até 10 (dez) pessoas e será agendado, pelo Órgão Responsável, com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

Parágrafo vigésimo sexto – O local de realização do treinamento teórico é no subsolo do Edifício Anexo III da CONTRATANTE, em Brasília-DF.

Parágrafo vigésimo sétimo – O treinamento operacional deverá ser realizado no local de instalação do Sistema com os equipamentos instalados e deve abordar, no mínimo, os seguintes conteúdos:

- a) todos os modos de operação do Sistema;
- b) problemas e falhas utilizando as informações de alarmes e autodiagnósticos;
- c) operação do software de supervisão e controle.

Parágrafo vigésimo oitavo – O treinamento operacional poderá ser realizado em conjunto com o *startup* do Sistema, com o teste de aceitação ou em momento oportuno, sendo a realização do treinamento pré-requisito para emissão do Recebimento Definitivo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO**

O objeto contratual será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação formal da CONTRATADA da Conclusão da Etapa 3 (Entrega, instalação, *startup* do Sistema e teste de aceitação).

Parágrafo único – O objeto contratual será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias, contados do Recebimento Provisório, se em perfeitas condições, conforme especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DE FUNCIONAMENTO**

Todos os equipamentos, componentes, peças e materiais do Sistema de Geração de Emergência (SGE) deverão possuir garantia integral pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo, já inclusa no preço total ofertado na proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – A garantia do Sistema inclui todos os procedimentos de manutenção preventiva e corretiva e deverá englobar todas as despesas de equipamentos, componentes, peças, materiais e de mão-de-obra, bem como as de deslocamento, fretes e demais despesas.



Parágrafo segundo – As despesas com todas as ações de manutenção já estão consideradas como parte do fornecimento do pagamento mensal, considerando:

- a) materiais de limpeza;
- b) materiais de lubrificação;
- c) ferramentas e equipamentos utilizados nos serviços;
- d) serviços de aferição, controle da qualidade da água de refrigeração e da qualidade do óleo combustível; e
- e) ajustes e reprogramação dos controladores eletrônicos dos GMG.

Parágrafo terceiro – As despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de profissionais da equipe da CONTRATADA correrão a suas expensas.

Parágrafo quarto – No prazo de até 10 (dez) dias após o Recebimento Provisório, a CONTRATADA fornecerá ao Órgão Responsável a ART relativa aos serviços de manutenção do Sistema e a relação nominal das pessoas autorizadas a prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como os telefones e o endereço eletrônico para a realização dos chamados durante o horário comercial e fora deste (plantão).

Parágrafo quinto – Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada ao Órgão Responsável.

Parágrafo sexto – Deverá ser entregue, em até 10 (dez) dias após o Recebimento Provisório, para aprovação da CONTRATANTE, o plano de manutenção preventiva com cronograma anual de visitas que será adotado durante o período de garantia, que deve estar em consonância com as prescrições do fabricante dos equipamentos, bem como a lista de materiais críticos/reserva a serem providenciados para o período pós-garantia.

Parágrafo sétimo – O plano de manutenção preventiva deve conter, no mínimo, serviços mensais de inspeção geral do Sistema e dos componentes, limpeza geral e de componentes, verificação de nível dos fluidos, medição de grandezas elétricas e colocação do grupo gerador em operação com carga por 15 minutos.

Parágrafo oitavo – A manutenção preventiva será obrigatória, independentemente de ocorrência de defeito ou paralisação, conforme plano de manutenção preventiva entregue e cronograma anual de visitas, com a possibilidade de alteração do dia de visita, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo nono – Após cada manutenção, deverão ser apresentados os relatórios de manutenção, devidamente preenchidos e com as observações pertinentes relativas ao estado do SGE, até o dia útil subsequente.

Parágrafo décimo – Os comprovantes de manutenção preventiva deverão ser apresentados mensalmente, juntamente com a fatura e a nota fiscal.

Parágrafo décimo primeiro – A garantia e o pacote de serviços de manutenção preventiva deverão ser executados por técnicos e engenheiros treinados pelo fabricante.



Parágrafo décimo segundo – Os serviços de manutenção corretiva, que poderão compreender tarefas também exigidas para a manutenção preventiva, serão realizados em razão de necessidade, constatada em procedimento de manutenção preventiva e/ou por solicitação do Órgão Responsável da CONTRATANTE, sem nenhum limite de chamadas.

Parágrafo décimo terceiro – As solicitações de manutenção corretiva serão encaminhadas por e-mail ou número telefônico informados, conforme parágrafo quarto desta cláusula.

Parágrafo décimo quarto – A confirmação do recebimento das solicitações deverá ser obtida pela CONTRATANTE imediatamente após o envio.

Parágrafo décimo quinto – Os prazos máximos para o atendimento das solicitações efetuadas pelo Órgão Responsável serão de:

- a) 4 (quatro) horas, para deslocamentos até o local do SGE, em regime de plantão contínuo, em qualquer dia ou horário, incluindo sábados, domingos e feriados;
- b) 2 (duas) horas, para diagnosticar e resolver o problema, quando não houver necessidade de substituição de peças nem de materiais;
- c) 8 (oito) horas, para diagnosticar e resolver o problema, quando houver necessidade de substituição de peças e/ou materiais;
- d) 5 (cinco) dias úteis, para restituição à CONTRATANTE de componente/equipamento retirado para reparo.

Parágrafo décimo sexto – Os prazos serão contados a partir da confirmação do recebimento da solicitação.

Parágrafo décimo sétimo – Os tempos máximos constantes do parágrafo décimo quinto desta cláusula poderão ser alterados em casos críticos e excepcionais, com autorização expressa e formal do Órgão Responsável da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo oitavo – Os serviços serão executados, em regra, no local da instalação determinado pela CONTRATANTE, exceto quando se tratar de serviços de natureza complexa, caso em que algum componente e/ou equipamento poderá ser removido para a oficina da CONTRATADA, com autorização prévia e formal do Órgão Responsável.

Parágrafo décimo nono – A CONTRATADA deverá garantir o perfeito funcionamento dos sistemas instalados mesmo com retirada de componente e/ou equipamento para reparo fora das dependências da CONTRATANTE. Dessa forma, qualquer desligamento necessário deverá ser previamente autorizado pela CONTRATANTE.

Parágrafo vigésimo – Caberá ao Órgão Responsável solicitar autorização de saída ao Departamento de Material e Patrimônio da CONTRATANTE, sendo esse instrumento indispensável à retirada dos componentes e/ou equipamentos das dependências da CONTRATANTE por funcionário da CONTRATADA, formalmente identificado.



Parágrafo vigésimo primeiro – A CONTRATADA comunicará formalmente ao Órgão Responsável a devolução do componente e/ou equipamento retirado para manutenção.

Parágrafo vigésimo segundo – Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá atender pronta e adequadamente à CONTRATANTE em caso de problemas ocorridos com o Sistema.

Parágrafo vigésimo terceiro – A CONTRATADA deverá manter, durante todo o período da garantia, assistência técnica, preferencialmente no Distrito Federal, com técnico(s) devidamente qualificado(s) e estoque suficiente de componentes, peças e materiais para eventual substituição em caso de necessidade de manutenção corretiva.

Parágrafo vigésimo quarto – Todas as peças e todos os equipamentos empregados deverão ser originais ou equivalentes em qualidade, características físicas, elétricas, etc.

Parágrafo vigésimo quinto – A utilização de qualquer peça ou equipamento que não seja original só poderá ser feita com prévia e formal autorização do Órgão Responsável.

Parágrafo vigésimo sexto – Caberá à CONTRATADA fornecer todo e qualquer componente e/ou equipamento necessários à realização dos serviços contratados, à exceção do óleo combustível, que será fornecido pela CONTRATANTE.

Parágrafo vigésimo sétimo – O Sistema de Geração de Emergência Móvel poderá ser utilizado em quaisquer dependências da Câmara dos Deputados, no Distrito Federal, em um raio de até 12 km do Palácio do Congresso Nacional, em local aberto, nível térreo.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO DESCARTE**

Para o Recebimento Definitivo dos serviços, as áreas da CONTRATANTE ocupadas pela CONTRATADA durante a execução dos serviços objeto deste Contrato, relacionadas com a entrega/instalação, deverão ser limpas de todo o lixo, excesso de material, estruturas temporárias e equipamentos. As tubulações, valetas e a drenagem deverão ser limpas de quaisquer depósitos resultantes dos serviços da CONTRATADA e conservadas até que a inspeção final tenha sido feita.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo descarte de embalagens vazias, peças e demais componentes decorrentes da execução do objeto contratual, de acordo com as exigências da legislação em vigor, incluindo a seleção e encaminhamento à reciclagem dos materiais inservíveis para o processo de reutilização e a destinação ambiental adequada àqueles que contenham substâncias nocivas ao meio ambiente.

Parágrafo segundo – O descarte dos resíduos produzidos é incumbência exclusiva da CONTRATADA, que não pode empregar, para tanto, os depósitos de lixo da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no EDITAL e neste instrumento contratual, além das instruções complementares do Órgão Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nas dependências da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no momento da licitação.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo sétimo – Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.

Parágrafo oitavo – A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.

Parágrafo nono – A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao Órgão Responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até dois dias úteis após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos.

Parágrafo décimo – Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

Parágrafo décimo primeiro – Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da CONTRATADA e de seus empregados serão de inteira responsabilidade desta.

Parágrafo décimo segundo – A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do Órgão Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

Parágrafo décimo terceiro – A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços relativos à garantia de funcionamento, se a Subcontratada for empresa autorizada ou representante do fabricante, e somente se houver aprovação prévia e formal do Órgão Responsável.

Parágrafo décimo quarto – Se autorizada a efetuar a subcontratação, a CONTRATADA deverá garantir que a Subcontratada possua experiência nessa atividade específica.

Parágrafo décimo quinto – A subcontratação não exonerará a CONTRATADA da responsabilidade pela supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada e pelo cumprimento rigoroso de todas as obrigações, inclusive pelos eventuais inadimplementos contratuais.

Parágrafo décimo sexto – Todo e qualquer prejuízo advindo das atividades da Subcontratada será cobrado de forma direta à CONTRATADA que arcará com quaisquer ônus advindos de sua opção por subcontratar.

Parágrafo décimo sétimo – A CONTRATADA deverá atender às disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.

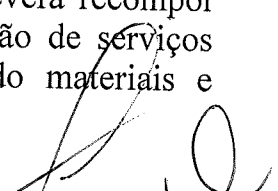
Parágrafo décimo oitavo – Caberá à CONTRATADA fornecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's específicos e necessários para as atividades que serão desenvolvidas.

Parágrafo décimo nono – A CONTRATADA é responsável pela execução de todos os treinamentos previstos em Normas Regulamentadoras aplicáveis a sua atividade dentro dos estabelecimentos da CONTRATANTE.

Parágrafo vigésimo – A CONTRATANTE poderá paralisar a execução do serviço, sempre que ficar caracterizada uma situação de grave e iminente risco à vida.

Parágrafo vigésimo primeiro – Os equipamentos ofertados deverão contar com o atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante, caso seja necessário.

Parágrafo vigésimo segundo – A CONTRATADA deverá recompor todos os elementos que forem danificados durante a prestação de serviços (pavimentações, paredes, forros, instalações, etc.), utilizando materiais e acabamentos idênticos aos existentes no local.



**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, atraso injustificado na entrega do objeto, ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE, omissão ou outras faltas mencionadas no Anexo n. 3 ao EDITAL, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas no referido dispositivo editalício, observadas as condições nele indicadas, sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88 da LEI, correspondente aos artigos 134 a 136 do REGULAMENTO, e no art. 7º da Lei n. 10.520/02.

Parágrafo primeiro – Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo segundo – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo terceiro – A aplicação de sanções administrativas, não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, de 1993, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

Parágrafo quinto – Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE na entrega e/ou instalação do objeto e/ou na realização do treinamento, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor da contratação, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%



DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

Parágrafo sexto – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo sétimo – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, em um período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo oitavo – Findo o prazo fixado sem que a CONTRATADA tenha entregado e/ou instalado o objeto e/ou realizado o treinamento, além da multa prevista, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo nono – A CONTRATADA será também considerada em atraso se entregar e/ou instalar o objeto e/ou realizar o treinamento em desacordo com as especificações e não o substituir e/ou não refazer a instalação e/ou o treinamento dentro do período remanescente do prazo de conclusão fixado neste Contrato.

Parágrafo décimo – Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo décimo primeiro – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo segundo – Poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e o disposto no parágrafo décimo primeiro desta cláusula e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a tabela constante no item 12 do Anexo n. 3 ao EDITAL.

## **CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O preço total estimado do presente Contrato é de R\$134.570,00 (cento e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta reais), considerando-se os preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.



Parágrafo primeiro – O objeto aceito pela CONTRATANTE será pago por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo Órgão Responsável, conforme a seguir:

Parágrafo segundo – Para o Item 1 do objeto (Fornecimento de Sistema de Geração de Emergência Móvel), descrito no Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL:

a) 90% (noventa por cento) do valor constante da proposta da CONTRATADA para o item, após o recebimento provisório, nos termos do item 8.1 do Anexo n.1 ao EDITAL;

b) 10% (dez por cento) do valor constante da proposta da Contratada para o item, após o recebimento definitivo, nos termos do item 8.2 do Anexo n.1 ao EDITAL.

Parágrafo terceiro – Para o Item 2 do objeto (garantia de funcionamento com manutenção preventiva e corretiva em sistemas de geração de emergência móvel), descrito no Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL, o pagamento será feito em parcelas mensais fixas correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor constante da proposta da CONTRATADA para o item, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo quarto – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável.

Parágrafo quinto – A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo sexto – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo sétimo – O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo oitavo – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que  $i$  = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Parágrafo nono – Para o Item 2 do objeto, descrito no Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL, os encargos moratórios devidos serão incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

Parágrafo décimo – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, com redação dada pelas Leis 9.711, de 1998 e 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo décimo primeiro – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo décimo segundo – As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de R\$6.728,50 (seis mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor item 1 do objeto, de acordo com o artigo 56 da LEI, correspondente ao artigo 93 do REGULAMENTO, observado o disposto no Título 5 do Anexo n. 2 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A garantia deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento deste Contrato;
- b) multas punitivas aplicadas à CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato.

Parágrafo segundo – A garantia será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de entrega da via deste Contrato e só poderá ser levantada após o Recebimento Definitivo.

Parágrafo terceiro – Também poderá ser considerada como a data de entrega, a data informada no documento de rastreamento de entrega de



correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Parágrafo quarto – A falta de prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com este Contrato, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do valor estipulado para a garantia, por dia de atraso, a ser aplicada do 16º ao 60º dia, sem prejuízo do disposto no parágrafo sétimo desta Cláusula.

Parágrafo quinto – O disposto no parágrafo anterior aplicar-se-á também nos casos em que, notificada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deixar de prorrogar a vigência da garantia em razão de a vigência contratual ter ultrapassado a data estimada na ocasião de sua assinatura.

Parágrafo sexto – A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da entrega da via deste Contrato, ensejará a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União e no descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, ainda, a rescisão unilateral deste Contrato por inexecução da obrigação e a aplicação da multa prevista no parágrafo sexto.

Parágrafo sétimo – Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.

Parágrafo oitavo – No caso de rescisão deste Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no EDITAL e no REGULAMENTO.

Parágrafo nono – A garantia contratual será devolvida de acordo com o disposto na Ordem de Serviço n. 02, de 2013 da Diretoria-Geral da CONTRATANTE, conforme a seguir:

- a) o Departamento de Material e Patrimônio, independentemente de solicitação da CONTRATADA e após concluídas as diligências necessárias, proporá à autoridade competente a devolução da garantia contratual;
- b) autorizada a devolução, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade preparará o expediente necessário à entrega da garantia e solicitará o comparecimento da empresa para a retirada dos documentos.

Parágrafo décimo – As garantias não retiradas pela CONTRATADA, independentemente do disposto nas alíneas “a” e “b” do parágrafo anterior, terão o seguinte tratamento:



- a) a garantia prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança-bancária será arquivada no processo de origem do respectivo contrato após 120 (cento e vinte) dias do término da sua vigência;
- b) a garantia prestada na modalidade caução em dinheiro, após 5 (cinco) anos do término de sua vigência, será transferida para o Fundo Rotativo da CONTRATANTE, após notificação prévia da CONTRATADA, mediante edital publicado no Diário Oficial da União;
- c) a garantia prestada na modalidade caução em títulos da dívida pública, na forma escritural, transcorridos 120 (cento e vinte) dias do término da vigência e desde que haja manifestação favorável do Departamento de Material e Patrimônio, poderá ser desvinculada do contrato administrativo pela instituição financeira que a mantém em custódia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2016NE004129 e n. 2016NE004130, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.031.0553.4061.5664 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política (Administração Legislativa)

- Natureza da Despesa:

Nota de empenho: 2016NE004129

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Nota de empenho: 2016NE004130

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 30 / 12 / 2016 a 29 / 07 / 2018, ou seja, aproximadamente 19 (dezenove) meses, contados da data da assinatura até o término do prazo da garantia.



Parágrafo único – Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL**

Considera-se órgão responsável pela gestão dos bens e serviços objeto deste Contrato a Coordenação de Engenharia de Obras do Departamento Técnico da Câmara dos Deputados, localizada no 19º andar do Edifício Anexo I, que designará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

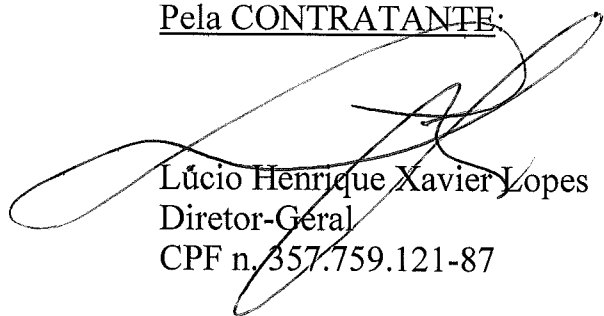
**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

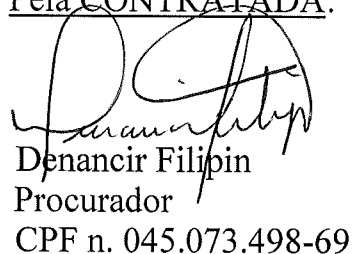
E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 17 (dezessete) páginas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 30 de ~~DEZEMBRO~~ de 2016.

Pela CONTRATANTE:

  
Lúcio Henrique Xavier Lopes  
Diretor-Geral  
CPF n. 357.759.121-87

Pela CONTRATADA:

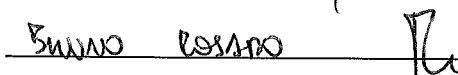
  
Denancir Filipin  
Procurador  
CPF n. 045.073.498-69

Testemunhas: 1)



CCONT/BR

2)

 7880